



**HAL**  
open science

## **Seria o patrimônio uma criação social? Uma reflexão sobre as noções de patrimonialização e de patrimonialidade.**

Elaine Brito Fichfeux

► **To cite this version:**

Elaine Brito Fichfeux. Seria o patrimônio uma criação social? Uma reflexão sobre as noções de patrimonialização e de patrimonialidade.. 11o Mestres e Conselheiros: educação para o patrimônio, Universidade Federal de Belo Horizonte, Jun 2019, Belo Horizonte, Brazil. hal-02493217

**HAL Id: hal-02493217**

**<https://hal.science/hal-02493217v1>**

Submitted on 27 Feb 2020

**HAL** is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



# 11º

## MESTRES E CONSELHEIROS

FORMAÇÃO PARA O PATRIMÔNIO

### ***AS DIVERSAS DIMENSÕES DO PATRIMÔNICO CULTURAL : Patrimônio cultural, do material ao imaterial***

### **SERIA O PATRIMÔNIO UMA CRIAÇÃO SOCIAL? *Uma reflexão sobre as noções de patrimonialização e de patrimonialidade***

**BRITO, Elaine**

Centre Norbert Elias, Université d'Avignon (Sciences de l'Information et de la Communication)  
74, Rue Louis Pasteur – 84029 Avignon, França  
elainebritoca@gmail.com

#### **RESUMO**

Este artigo busca compartilhar uma reflexão sobre as noções de patrimonialização e de patrimonialidade, um estudo iniciado dentro da tese de doutorado intitulada “O Rizome patrimonial : analisar um movimento heterogêneo de atores e de sentidos”. Para tal, reconhecemos desde já que “patrimônio” é uma noção em constante evolução. Esta afirmação nos incita a debater o patrimônio como uma construção social, ou ainda, o social como criador do patrimônio. Desta forma, as noções de patrimonialização e de patrimonialidade, a primeira tratada desde uma perspectiva comunicacional e a segunda desde apreensões antropológicas, alimentam o debate sobre a criação patrimonial. Estas noções evocam o “fazer patrimônio” através de movimentos sociais de identificação, de reconhecimento e de valorização, uma dinâmica que permite a “descoberta” patrimonial de um objeto outrora ordinário. No intuito de expor os patrimônios, materiais e imateriais, como objetos “semióforos” resultantes da produção discursiva, este trabalho considera o movimento patrimonial como operador de reflexividade e de criatividade.

**Palavras-chave:** Movimento patrimonial; patrimonialização; patrimonialidade; dinâmica social.

## **SERIA O PATRIMÔNIO UMA CRIAÇÃO SOCIAL?**

### ***Uma reflexão sobre as noções de patrimonialização e de patrimonialidade***

Para introduzir este artigo, decido citar a prática da “Serenata”, uma das dinâmicas observadas durante a pesquisa de campo realizada em parte na cidade de Valença, situada no Vale do Paraíba, Estado do Rio de Janeiro. Com o intuito de compreender o movimento patrimonial em rizoma (Deleuze e Guattari, 1980), objeto de pesquisa desenvolvido ao longo da tese de doutorado intitulada “O Rizoma patrimonial: analisar um movimento heterogêneo de atores e de sentido” (Brito, 2018), propiciou-se a observação de distintas dinâmicas patrimoniais assim como o encontro com uma heterogeneidade de atores, dentre eles detentores, amadores, praticantes, associações, instituições, pesquisadores, representantes políticos, entre outros. Através da observação da expressão cultural “Serenata”, uma prática presente em Conservatória, distrito da cidade de Valença, pude encontrar um ator local que muito contribui à minha reflexão sobre a patrimonialização dos patrimônios. Trata-se do presidente da Casa de Cultura de Conservatória, um espaço constituído e administrado pelos próprios habitantes. Este local foi considerado relevante durante a nossa pesquisa de campo pois ele acolhe o acervo do “Museu da Seresta e da Serenata”, um museu igualmente fundado graças ao esforço dos atores locais. A Casa de Cultura reserva uma sala do seu edifício para expor o acervo do museu além de acolher os amadores e praticantes da Seresta e da Serenata nas noites de sextas-feiras e dos sábados. Semelhante a um ritual, estes encontros, realizados em um primeiro momento em local fechado, propiciam a preparação de um cortejo romântico que se estende pelas ruas de Conservatória cantando sob as janelas das casas até o amanhecer. Este cortejo se repete tradicionalmente todas as noites de sexta-feira e de sábado, mudando somente o trajeto a ser percorrido. Uma tradição de Conservatória reivindicada como patrimônio imaterial pelas pessoas que a praticam. Contudo, as palavras do presidente da Casa de Cultura, discurso coletado através de uma entrevista realizada no contexto da pesquisa doutoral, nos aporta uma compreensão sobre a necessidade de ações patrimoniais que permitam a articulação entre os patrimônios, ou ainda, o “agenciamento” (Deleuze e Guattari, 1980) dos patrimônios:

“Tem que ter um cenário para acontecer isso [a Serenata]. As músicas [cantadas durante a Serenata] são românticas... têm letras que são do século XIX, do final do século XIX. Então, o cenário de Conservatória, este casario antigo aqui, caiu como uma luva... estas ruas de pé de moleque... Então, você começa a cantar aquelas músicas e você se sente em um outro

espaço. Você está em um outro lugar! (...) Aqui, a Serenata ficou muito ligada ao cenário. O bem material com o bem imaterial aqui eles se fundiram. Se você tirar um do outro, dificilmente vai dar certo aqui.” (Ator em qualidade de praticante e amador da Serenata, S.C.. Entrevista realizada no dia 18 de julho de 2015, em Conservatória, Valença).

Este discurso provoca questionamentos sobre a concepção patrimonial, nos conduzindo à reflexão do patrimônio plural, ou ainda ao que Xavier Greffe designa de “ecossistema patrimonial”. Segundo Greffe, o “ecossistema patrimonial” vem a ser “o conjunto de ações de uma sociedade que conduzem para a definição da qualidade de um patrimônio” (2014, p.157) – nossa tradução. Na realidade, a patrimonialização da “Serenata” de Conservatória exige uma associação de diferentes ações patrimoniais, tratando-se assim de uma prática patrimonial que agencia os patrimônios, evitando as divisões categoriais. Trataremos então sobre a questão de um patrimônio plural, que “engendra” (Jeanneret, 2014) os objetos patrimoniais e “agencia” (Deleuze e Guattari, 1980) os atores sociais.

### **A dualidade material – imaterial**

À partir do exemplo da patrimonialização dos cantos polifônicos, “Le Cantu in paghjella profane y liturgique”, uma tradição praticada na Córsega, sul da França, e desde 2009 inscrita na lista da Unesco como patrimônio cultural imaterial da humanidade necessitando uma urgente ação de salvaguarda, o pesquisador Jean Davallon se questiona sobre a categoria imaterial: “trata-se simplesmente de uma nova categoria de patrimônio ou de um regime de patrimonialização diferente, ou seja, um modo específico de produzir o patrimônio”? (2015, § 16). O autor traça assim uma análise que pode, ao mesmo tempo, associar e antagonizar memória e patrimônio (*Op. cit.*). Para Davallon, a patrimonialização do imaterial evoca a transição da “memória coletiva”, tal qual a define Halbwachs (1997), em “memória social”, conceituada por Gérard Namer (1997). Ora, segundo o regime que Davallon busca descrever, para patrimonializar o intangível é necessário colocar em escrita a “memória social” afim de constituir um documento que permitiria a criação de uma relação “entre um mundo de origem que enuncia a memória e um mundo de recepção que a põe em forma e a conserva” (Davallon, *Op. Cit.*, § 36).

Tal documentação, que requer um registro, uma organização e uma publicação, participa tanto da produção de conhecimento de um objeto em tornar-se (“devenir”) patrimônio, quanto da criação de uma relação entre memória e história. Trata-se de compreender como “o tratamento [documentário] da memória social se aproxima então da história e [...] acarreta *de facto* um processo de patrimonialização” (*Ibid.*). O autor busca finalmente constituir um

modelo de “regime de patrimonialização” do imaterial, identificando as etapas de valorização, de produção da memória, de produção histórica, de produção documental e de conservação ou salvaguarda dos objetos. Todavia, a produção patrimonial do imaterial se faz, primeiramente, pelos próprios membros do coletivo portadores do dito saber. Em outras palavras, a patrimonialização de um bem imaterial é determinada por um reconhecimento dos próprios detentores, o que Michel Rautenberg determina como “uma patrimonialização pela apropriação” (2004) e que Davallon explicita em sua pesquisa:

“Que esse reconhecimento seja, em seguida, objeto de declarações emitidas pelos Estados e sobretudo pelos especialistas da UNESCO, isto não altera nada o fato de que o reconhecimento é ato primeiro pelo qual uma coisa adquire estatuto de patrimônio. Esse reconhecimento é o único gerador de patrimonialização explícito, o único referente posto como capaz de dar ao processo [de patrimonialização] sua razão de ser e sua coerência.” (Davallon, 2015 § 19) – nosso destaque.

Entretanto, o autor identifica uma oposição entre os regimes de reconhecimento no processo de patrimonialização de objetos materiais e imateriais. Para reconhecer a origem de um bem material, se faz necessário um trabalho de investigação e de coleta, muitas vezes de reconstituição de uma memória coletiva que sofreu uma ruptura no tempo. Esta pesquisa, realizada por profissionais, tem por finalidade a produção de um saber e por consequência provar a importância da “descoberta” (Eco, 1993) do objeto. Este reconhecimento histórico permite a criação de uma representação do passado desde o presente. Ao contrário desta construção erudita da história do objeto, a “descoberta” de um bem imaterial deve ser antes de mais nada celebrada pelos próprios membros do coletivo beneficiário. O reconhecimento de um sentido patrimonial é transmitido assim pela “rememoração” (Riegl, [1993] 2003) do objeto.

Para o antropólogo Michel Rautenberg, é possível ignorar a categorização patrimonial para então identificar duas formas de patrimonialização dos patrimônios: uma “patrimonialização pela apropriação” e uma “patrimonialização pela designação” (2004). Si a primeira designa uma valorização à partir da construção social de uma narração de apropriação do objeto e envolve sobretudo os atores locais, a segunda corresponde a um projeto institucional de domínio do objeto patrimonial. Ora, a patrimonialização que busco descrever aqui corresponde a esta dualidade não como uma ruptura, como a descreve Rautenberg, mas “como tendências articuladas entre elas” (Babou, 2015, § 14) – nossa tradução.

Ao longo da nossa pesquisa de campo em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, pude observar claros exemplos do que Rautenberg denomina de “patrimonialização pela designação” (2004). Entretanto, a institucionalização dos objetos patrimoniais, cuja a maioria pertencem a categoria imaterial, permitiu um novo reconhecimento dentro do próprio coletivo, ou ainda de “redescoberta”. Esta redescoberta permite a criação de um discurso de valorização não somente direcionada ao objeto em si, mas igualmente ao coletivo que o conserva. Nas dinâmicas observadas em Valença, o patrimônio se torna uma ferramenta política através da qual os atores locais (detentores, praticantes e amadores) se sentem na capacidade de agir perante as autoridades públicas. Esta re-apropriação dos patrimônios se torna possível pois, antes mesmo de haver um reconhecimento institucional do objeto patrimonial, como o precisa Jean Davallon (2015), já existia um reconhecimento simbólico do objeto pelos próprios detentores.

Para o antropólogo Jean-Louis Tornatore, a patrimonialização do imaterial coloca em evidência o ator do patrimônio mais do que o próprio patrimônio, uma vez que “seus primeiros especialistas são os praticantes – e não mais o etnólogo” (2010, p.118) – nossa tradução. Esta mudança de papel pode “colocar em crise a noção pública do patrimônio e a ideia de patrimônio cultural” (*Ibid.*) – nossa tradução.

A pesquisa de campo em Valença permitiu observar objetos patrimoniais em constante construção à partir de suas apropriações sociais. Alguns já se encontram bem estruturados, como é o caso do Jongo no Quilombo São José da Serra. De fato, os praticantes e detentores deste patrimônio se sentem em capacidade de sustentar uma relação de igualdade com outros atores envolvidos na patrimonialização do Jongo: pesquisadores, instituições, representantes políticos, etc.

Para Maria Gravari-Barbas (2004), identificar as potencialidades imateriais do patrimônio permite revelar uma multiplicidade de características de ordem social, relacional, econômica, etc. Realmente, a heterogeneidade dos atores envolvidos na fabricação dos patrimônios constitui um movimento patrimonial que “agencia” (Deleuze e Guattari, 1980) as ações e faz gerar outras. Tratamos então de uma patrimonialização que faz circular os patrimônios e pode ser reconhecido como “o resultado de uma ação cruzada destes atores, de seus consensus, de suas tensões, de suas oposições, de seus conflitos” (Gravari-Barbas, 2004b, p. 590).

## **A patrimonialização à partir de uma perspectiva comunicacional**

O movimento patrimonial que busco expor neste artigo se constitui de diferentes atores que, juntos, permitem a evolução de seus discursos e conseqüentemente a elaboração e transformação do sentido patrimonial. Um movimento que se desenha tal um “rizoma patrimonial” (Brito, 2018), onde um ator faz agir um outro (Latour, 2006). Pensar o patrimônio à partir de uma construção rizomática (Deleuze e Guattari, 1980) nos permite observar “o fato de que o patrimônio cultural possa variar de um tempo à outro e atue como uma fonte de criatividade” (Grefe, 2014, p. 158) – nossa tradução.

A perspectiva comunicacional que tento apresentar neste artigo compreende a “construção de uma relação dos homens do presente com os homens do passado, assegurando uma continuidade cultural da sociedade” (Davallon, 2015, § 1). Acreditamos que esta construção seja possível através do ato de “discursivização” (Greimas et Courtès, 1979). Um posicionamento teórico, de acordo com minha formação em Ciências da Informação e da Comunicação, que identifica o discurso como uma ação comunicacional produtora de sentido e de valor patrimonial. Uma tal produção é de origem simbólica, indicial e representativa.

De acordo com a tese de José Reginaldo Santos Gonçalves, o patrimônio se constrói à partir da produção de uma “retórica da perda” (1996). O autor, que investigou a construção de um patrimônio nacional brasileiro, se questiona sobre a forma como tais retóricas possibilitaram a criação de ferramentas jurídico-políticas que teriam por finalidade a proteção dos patrimônios. Durante a pesquisas de campo, também pude constatar, através da análise dos discursos institucionais e legislativos, a produção de uma retórica do medo da perda (Brito e Pianezza, 2017). Por sinal, a “retórica da perda” poderia ser considerada como um regime de patrimonialização, através do qual o medo do desaparecimento de um objeto faria agir os atores para a produção de sentido patrimonial.

Nos discursos provocados e coletados durante a pesquisa de campo em Valença, que engloba atores de outras localidades do Brasil, identificamos uma “mise en scène” do medo da perda que se revela pelo sentimento de “descoberta” (Eco, 1993), um sentimento estrangeiro ao grupo ou coletivo detentor. Não obstante, este olhar exterior que possui sua origem, na sua grande maioria, através de atores na qualidade de pesquisadores, institucionais ou outros, participa à produção de “gestos da patrimonialização” (Davallon, 2006) no interior do próprio grupo detentor. Assim, a “**sequência: coisa, lixo, semióforo**”

(Pomian, 1990, p. 179), percurso que compõem a produção de significações de valores de um objeto patrimonial, torna-se uma dinâmica reflexiva do grupo detentor provocada à partir de ações exteriores.

Desta forma, as retóricas da perda contribuem para à performatização ou ainda à exposição do bem patrimonial dentro de um “ritual de celebração da descoberta” (Davallon, 2006) onde o transmissor assim como o destinatário do dito patrimônio podem viver a experiência da descoberta do sublime que o acompanha. Trata-se de uma “operatividade simbólica” (*Idem.*) de produção de valor, que colabora para o exercício de “rememoração” (Riegl, [1903] 2003) através da produção comunicacional dos patrimônios, ou ainda da produção dos sentidos patrimoniais.

### **Entre patrimonialização e patrimonialidade**

A patrimonialização, como a explicitamos acima, pode ser definida como um conjunto de ações produtor do reconhecimento do valor patrimonial de um objeto qualquer. Ora, certos autores preferem dar acento ao sufixo –idade ao lugar do sufixo –ização. Afirmam que a ideia de patrimonialidade evidencia “o fato de tornar-se patrimônio”, ou na própria língua da autora, “le devenir patrimoine” (Watremez, 2009).

Para Michel Rautenberg (2003a), a patrimonialidade designa as transformações que os patrimônios podem sofrer de acordo com as construções sociais. Uma transformação do objeto que está sujeito à transitar de estatuto, passando do ordinário ao erudito, do privado ao público, ou transformando a sua função (política, institucional, econômica, reivindicativa). A patrimonialidade, segundo a noção apresentada por Rautenberg, pode ser também uma construção informal dos patrimônios que buscam ignorar, ou ainda desprezar, os conhecimentos exteriores. Desta forma, o objeto “adquire sua qualidade patrimonial não pela injunção do poder público ou da competência científica mas pela desempenho daqueles que o transmitem e o reconhecem” (Rautenberg, 1998, p.288). A geógrafa Maria Gravari-Barbas aproxima-se da noção proposta por Rautenberg através da pesquisa coletiva intitulada “Novos desafios para o patrimônio cultural” (2004) onde encontra-se a proposição de um “novo regime de patrimonialidade” com a finalidade de seguir as necessidades de uma sociedade contemporânea cada vez mais desmaterializada e finalmente com o intuito de constituir o diálogo entre “teóricos” e “praticantes” do patrimônio (Gravari-Barbas *et al.*, 2004, p. 22):



“Neste novo contexto, o ponto de partida da análise do estado dos lugares consiste em considerar o aumento dos objetos patrimonializados e a aceleração da patrimonialização como indicadores de uma mudança de regime de patrimonialidade, caracterizado pelos novos produtores de patrimônio, de novos valores, de novas funções e significações assim como de novas escalas patrimoniais.” (*Ibid.*) – nossa tradução.

Desta pesquisa interdisciplinar, que envolveu um grande número de pesquisadores de diferentes áreas científicas, nasce a hipótese de um patrimônio em alteração, “indissociável da hipótese da alteração do regime de patrimonialidade na nova etapa da mundialização” (Gravari-Barbar *et al.*, *Op. Cit.*, p. 102). Para Jean Davallon, a patrimonialidade é uma particularidade ligada aos objetos imateriais, que possuem um forte caráter evolutivo (2014, p. 14). O etnólogo Laurier Turgeon (2010) defende igualmente a ideia de um “regime de patrimonialidade”, que tem como objetivo atingir a imaterialidade patrimonial à partir de dinâmicas que envolvem os atores locais das produções de sentidos patrimoniais. Logo, à partir desta noção de patrimonialidade, Davallon se questiona sobre a capacidade de abertura do campo patrimonial:

“[esta perspectiva propicia] uma redefinição do que pode fazer patrimônio, da patrimonialidade. Desta forma, ela amplia consideravelmente o campo do patrimônio. O que não deixa evidentemente de suscitar novos questionamentos e novas discussões, que por certos aspectos evocam aquelas suscitadas com a chegada dos ‘novos patrimônios’, mas que se apoiam doravante sobre um melhor conhecimento dos processos de patrimonialização e de sua operatividade” (2014, p. 18) – nossa tradução.

Através de uma operatividade simbólica construída durante a patrimonialização, a noção de patrimonialidade propõe focalizar o olhar no interior desta operação e de observar como os objetos patrimoniais se transformam, se atualizam e criam novos sentidos patrimoniais de acordo com a demanda social.

### **Uma patrimonialização que engendra os patrimônios**

A noção de patrimonialidade nos aproxima da ideia de um patrimônio constituído de multiplicidades, de um patrimônio “metamórfico” (Navarro, 2015) que evita a construção de rupturas categoriais para propor uma reflexão sobre as associações de diferentes formas de patrimônios.

A ampliação da noção de patrimônio se renova pela abordagem antropológica de cultura, ou ainda, segundo a noção proposta por Manuela Carneiro da Cunha, de uma “cultura entre

aspas” (2009). Para Dominique Gallois, a cultura, segundo os antropólogos, é um reflexo da dinâmica e da criatividade de um grupo ou de uma coletividade (2006, p. 21).

“É a ideia de que o indivíduo, o ator social, está no centro do patrimônio do qual ele é detentor: é ele que o pratica, que o faz evoluir, que o faz viver em suma.” (Brito e Pianezza, 2017 § 8) – nossa tradução.

A cultura como criadora de diferentes formas de expressão salienta desde o seu interior os elementos que serão tratados como patrimônio. Todavia, a valorização de um elemento em relação a um outro é fruto de uma seleção efetuada pelos membros do próprio grupo. O objeto se constrói à partir de um processo de reconhecimento e de representação da diferença do grupo perante outro. François Laplantine, através de sua pesquisa sobre as práticas simbólicas e dos discursos vividos, apresenta o modo pelo qual o projeto antropológico se instituiu à partir de uma noção de cultura relacionado à noção de diferença:

“O conhecimento antropológico brota *do encontro*, não somente de dois discursos explícitos, mas de dois inconscientes espelhados, que se enviam uma imagem distorcida. Ele é o discurso sobre a diferença (e sobre a minha diferença) fundada sobre uma prática da diferença que trabalha sobre os limites e as fronteiras.” ([1987] 2008, p. 209.) Laplantine continua: “A antropologia só começa à atingir um estatuto científico à partir do momento em que ela se encarrega pela análise desta implicação do pesquisador (ao mesmo tempo psicoafetivo e sócio-histórico) em questão com a diferença. (...) o que funda precisamente o projeto antropológico: *a comunicação dos seres e das culturas*” (*Op. Cit.*, p. 210-211) – nossa tradução.

Uma tal compreensão de cultura relacionada ao patrimônio evidencia os elementos que representam a diferença de um grupo, no sentido de uma originalidade e de uma autenticidade. Para a antropóloga Regina Abreu, os “patrimônios servem para identificar e expressar tanto as singularidades de cada um como para marcar as diferenças entre eles” (Abreu, 2015, § 3). A partir desta ideia de patrimônio, Abreu desenvolve a noção de “patrimonialização das diferenças” (2010 e 2015) com o intuito de identificar uma intenção de fabricar a alteridade. Dentro de uma realidade brasileira, onde os patrimônios imateriais são na sua grande maioria originários de grupos minoritários, a “patrimonialização das diferenças” designa um projeto político que tem como objetivo proteger a singularidade do objeto e de somar um valor jurídico à diferença dos grupos. Neste processo de patrimonialização, pode-se reconhecer uma “retórica da perda” (Gonçalves, 1996) e por consequência a ação de uma “patrimonialização por designação” (Rautenberg, 2003a). Ora,

este projeto faz também agir uma “patrimonialização por apropriação” (*Ibid.*), onde os atores locais, graças ao reconhecimento institucional, retomam a narrativa do sentido patrimonial onde suas diferenças são agora percebidas como riquezas, e não mais como um declínio. Esta apreensão da patrimonialização permite interrogar sobre como se constroem as dinâmicas de atores, como elas se “agenciam” (Deleuze e Guattari, 1980) uma às outras, e como elas “engendram” (Jeanneret, 2014) ações e reações patrimoniais. Enfim, o conceito de “patrimonialização das diferenças” convida à refletir sobre a maneira como a diferença torna-se um enaltecimento para os herdeiros do objeto patrimonial.

Considerando a questão da “patrimonialização das diferenças” como um ponto analítico da pesquisa de campo, realizada de 2014 à 2017, uma parte em território francês e outra em território brasileiro, pôde-se notar uma forte consideração da noção de diferença cultural na estruturação de uma prática patrimonial no Brasil. Entretanto, a diferença é uma temática que pode causar certas tensões, podendo ser compreendida como um ponto negativo. Para esclarecer esta questão, cito a tese de doutorado de Gilles Deleuze:

“A diferença tem sua experiência crucial: cada vez que nos encontramos de frente ou em uma limitação, de frente ou em uma oposição, nós devemos questionar o que uma tal situação supõem. Ela supõem um ‘formigamento’ de diferenças, um pluralismo de diferenças livres, selvagens e não domesticadas, um espaço e um tempo propriamente diferenciais, originais, que persistem através das simplificações do limite ou da oposição. (...) A negação, é a diferença, mas a diferença vista do lado pequeno, vista desde baixo. Endireitada ao contrário, de cima para baixo, a diferença, é a afirmação. Mas esta proposição tem muito sentido; que a diferença é objeto de afirmação; que a própria afirmação é múltipla; que ela é criação, mas que também deve ser criada, como afirmando a diferença, como sendo diferença nela mesma.” (1968, p. 71 e 78) – nossa tradução e destaque.

Acredito que esta noção de diferença, múltipla e afirmativa, se apresenta constantemente na produção discursiva de intenção patrimonial. Realmente, analisando os discursos patrimoniais coletados e provocados durante a pesquisa de campo, seja no Brasil como na França, compreendemos como o discurso é produtor de sentidos e revela as diferenças como uma criatividade. Esta ideia já está presente na obra de José Reginaldo Gonçalves no intuito de conceituar a “retórica da perda” (1996). E tampouco não é indiferente para a construção da antropologia cultural, segundo a descrição de François Laplantine:

“A antropologia cultural insiste tanto sobre a *diferença* das culturas uma em relação a outra, quanto sobre a *unidade* de cada uma delas.” ([1987] 2008, p. 147) – nossa tradução.

Aqui, a noção de diferença permite colocar em evidência os múltiplos “regimes de cultura”. Manuela Carneiro da Cunha defende que “existe muito mais regimes de cultura e de saber do que nossa fraca imaginação metropolitana é capaz de conceber” (2010, p. 35).

O que deveríamos retirar desta noção é a sua capacidade de alimentar o debate social, e por consequência a reflexividade cidadã. Realmente, é através da produção do discurso social que a diferença poderá ser considerada ou não como patrimônio. Desenvolvendo uma perspectiva comunicacional de patrimonialização, entendemos que as dinâmicas patrimoniais se atualizam através e pelo discurso. O discurso de uma ator social pode provocar o discurso de outro ator. Desta forma, nos aproximamos da proposição de Tornatore de “alterar a questão do fazer passar ao ‘fazer-fazer’” (2010, p. 109) para compreender o movimento discursivo como criador e revelador de operatividade simbólica e reflexiva. O autor propõem assim uma perspectiva do “patrimônio em ação” com o objetivo de realizar este movimento de valorização que faz circular e atualizar os sentidos patrimoniais.

Logo, acredito que o discurso patrimonial é uma constante construção, capaz de revelar uma reflexividade inerente à patrimonialização. Em outras palavras, a patrimonialização não poderia se atualizar sem a presença de uma prática social de reflexividade. E esta reflexividade, segundo as observações realizadas na pesquisa de campo, se traduz pela performance da transmissão e da atualização.

“Primeiramente, o reconhecimento pelo grupo social do que faz patrimônio impõem procedimentos de escolha de elementos à eleger como patrimônio, de mobilização dos membros do grupo, de conhecimento do objeto assim como do seu lugar dentro da cultura que pressupõe uma mínima *reflexividade* do grupo sobre sua própria cultura, como precisamente esta o define como grupo social.” (Davallon, 2014, p. 16) – nossa tradução.

O processo de reconhecimento de um patrimônio traduz então esta capacidade e criatividade que os homens e mulheres têm de construir o passado desde o presente (Davallon, 2006 e 2014) para produzir um sentido para a sua diferença. Trata-se de uma fabricação de valor que se atualiza a cada transmissão, dando sentido as praticas de “memorização”, de salvaguarda, e de evolução do objeto patrimonial. A transmissão é assim compreendida como uma performance de atualização dos patrimônios, que permite a produção de novas traduções.

## Conclusão

As noções de patrimonialização e de patrimonialidade articuladas neste artigo, tal um “estado de arte”, aportam a compreensão de patrimônio como construção social. E esta construção se faz através do ato de discurso, produtor de sentidos e de valores.

A patrimonialização poderia ser traduzida pelo movimento patrimonial que agencia dinâmicas e engendra ações, circulando entre uma heterogeneidade de atores patrimoniais. A patrimonialidade, por sua vez, estaria ao interior deste movimento, relacionada à produção e atualização de sentidos patrimoniais.

A associação destes regimes constitui um complexo “rizoma patrimonial” (Brito, 2018), que revela a multiplicidade de patrimônios e de atores, não mais locais, mas globais. Considerando então os patrimônios como mediadores de reflexividade, de criação e de transformação das nossas sociedades, o debate patrimonial torna-se fundamental para repensar o passado desde o presente com o intuito de construir o futuro (Mattos e Abreu, 2005).

## Referências Bibliográficas

- Abreu, Regina. A patrimonialização das diferenças : usos da categoria. In: Barrio, Ángel Espina; Motta, Antonio; Gomes, Mário Hélio. (Org.). *Inovação Cultural, Patrimônio e Educação*. 1ed., 65-79. Recife: Massangana, 2010.
- Abreu, Regina. Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: Tardy, Cécile; Dodebei, Vera. *Memória e novos patrimônios*. Marseille: OpenEdition Press, 2015.
- Babou, Igor. Patrimonialisation et politiques de la nature : le parc national de La Réunion. In: *VertigO - la revue électronique en sciences de l'environnement*, n° Volume 15, Numéro 1. 2015.
- Brito, Elaine. *Le rhizome patrimonial : analyser un mouvement hétérogène d'acteurs et de sens*. 2018. 467f. Tese (Doutorado em Sciences de l'information et de la communication) – Centre Norbert Elias, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon.
- Brito, Elaine, et Nolwenn Pianezza. Sauvegarder le patrimoine, sauvegarder l'individu. Un regard sur la politique patrimoniale de l'immatériel au Brésil. In: Crachat, Séverine; Hottin, Christian. *In Situ. Revue des patrimoines*, n° 33. 2017.
- Cunha, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas: e outros ensaios*. Cosac Naify, 2009.
- . *Savoirs traditionnels, droits intellectuels et dialectique de la culture*. Vol. « Terra cognita ». Paris: Éditions de l'éclat, 2010.
- Davallon, Jean. À propos des régimes de patrimonialisation: enjeux et questions. In: *Patrimonialização e sustentabilidade do patrimônio: reflexão e prospectiva*, 2014.

- Davallon, Jean. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: Tardy, Cécile et Dodebei, Vera. *Memória e novos patrimônios*. Vol. Brésil / France | Brasil / França | 02. Marseille: OpenEdition Press, 2015.
- Deleuze, Gilles. *Différence et répétition*. Paris: Presses universitaires de France, 1968.
- Deleuze, Gilles, et Félix Guattari. *Mille plateaux*. Collection « Critique », t. 2. Paris: Éditions de minuit, 1980.
- Eco, Umberto. *Observations sur la notion de glissement culturel*. In: Traverses, n°5, p. 8-21, 1993.
- Gallois, Dominique Tilkin org. *Patrimônio Cultural Imaterial e Povos Indígenas*. Rio de Janeiro: Iepe, 2006.
- Gonçalves, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Editora UFRJ, 1996.
- Gravari-Barbas, Maria. *Habiter le patrimoine: enjeux, approches, vécu*. 1 vol. Collection Géographie sociale. Rennes, France: Presses universitaires de Rennes, 2005.
- Org. « Nouveaux défis pour le patrimoine culturel ». Agence Nationale de la Recherche. Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2004a.
- . « Patrimonialisation et reaffirmation symbolique du centre-ville du Havre. Rapports entre le jeu des acteurs et la production de l'espace ». *Annales de Géographie* 113, n° 640, pp. 588-611, 2004b.
- Grefre, Xavier. *La trace et le rhizome - Les mises en scène du patrimoine culturel*. Presses de l'Université du Québec. Canada: Presses de l'Université du Québec, 2014.
- Greimas, Algirdas Julien, et Courtés, Joseph. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1979.
- Halbwachs, Maurice. *La Mémoire collective*. Nouv. éd. rev. et augm. Paris: Albin Michel, 1997.
- Jeanneret, Yves. *Critique de la trivialité: les médiations de la communication, enjeu de pouvoir*. Collection SIC 4. Paris, 2014.
- Laplantine, François. *L'anthropologie*. Paris: Payot, 1987.
- Latour, Bruno. *Changer de société, refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.
- Mattos, Hebe, e Abreu, Martha. *Memórias do Cativoiro*. Filme documentário científico, 2005.
- Namer, Gérard. Halbwachs et la mémoire sociale. In: *Maurice Halbwachs: Espaces, mémoire et psychologie collective*, édité par Yves Déloye et Claudine Haroche, pp. 107-13. Science politique. Paris: Publications de la Sorbonne, 1997.
- Navarro, Nicolas. *Le patrimoine métamorphe: circulation et médiation du patrimoine urbain dans les villes et pays d'art et d'histoire*. 2015. 522f. Tese (Doutorado em Sciences de l'information et de la communication) – Centre Norbert Elias, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon.
- Pomian, Krzysztof. Musée et patrimoine. In: Jeudy, Henri-Pierre Org. *Patrimoines en folie*, Paris: Éd. de la Maison des sciences de l'homme, pp. 177-98, 1990.
- Rautenberg, Michel. Comment s'inventent de nouveaux patrimoines: usages sociaux, pratiques institutionnelles et politiques publiques en Savoie. In: *Culture & Musées* 1, n° 1, pp. 19-40, 2003b.
- . La patrimonialisation, entre appropriation sociale et désignation institutionnelle. In: *L'effet géographique. Construction sociale, appréhension cognitive et configuration matérielle des objets géographiques*, CNRS-MSH-Alpes, pp. 71-87, 2004.
- . *La rupture patrimoniale*. A la Croisée, 2003a.
- . L'émergence patrimoniale de l'ethnologie: entre mémoire et politiques publiques. In: *Patrimoine et Modernité*, Chemins de la mémoire. Paris: L'Harmattan, pp. 279-89, 1998.

- Riegl, Aloïs. *Le culte moderne des monuments, sa nature, son origine*. Traduit par Jacques Boulet Trad. Esthétiques. Paris : Budapest : Torino : L'Harmattan. [1903] 2003.
- Tardy, Cécile, et Dodebei, Vera. *Memória e novos patrimônios*. A coleção do programa Saint-Hilaire. Brasil - França: Open Edition press, 2015.
- Tornatore, Jean-Louis. L'esprit de patrimoine. In: *Terrain*, n° 2, pp. 106–127, 2010.
- Turgeon, Laurier. Introduction. Du matériel à l'immatériel. Nouveaux défis, nouveaux enjeux. In: *Ethnologie française* 40, n° 3, p. 389, 2010.
- Watremez, Anne. *Le patrimoine des Avignonnais : la construction du caractère patrimonial de la ville par ses habitants*. 2009. 335f. Tese (Doutorado em Sciences de l'information et de la communication) – Centre Norbert Elias, Université d'Avignon et des Pays de Vaucluse, Avignon.